



Foto Adão Nascimento-Telefoto Estado

O chairman do Bank of Montreal garantiu a Sarney que os bancos não têm pressa

Bancos prometem não pressionar o governo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os bancos credores não estão com pressa de renegociar com o Brasil o novo esquema de pagamento da dívida externa, porque compreendem que o novo governo precisa de tempo para se inteirar dos entendimentos já realizados, e do que pode ser aproveitado ou não. Essa afirmação foi feita, ontem, pelo **Chairman** do Bank of Montreal, um dos dez maiores credores do Brasil, J. W. Mulholland, depois de audiências com o presidente José Sarney e com o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

A Sarney, o presidente do Bank of Montreal, que tem assento no comitê assessor de bancos credores do Brasil, manifestou seu pesar pelo falecimento do presidente eleito Tancredino Neves, e ofereceu solidariedade ao novo governo. O presidente do Banco Montreal de Investimentos, Pedro Leitão da Cunha, que o acompanhava, não respondeu se essa solidariedade poderia traduzir-se em novos empréstimos.

Indagado sobre uma suposta rejeição do Brasil à auditoria do Fundo Monetário Internacional — FMI — enquanto durar a nova renegociação, o **chairman** do Bank of Montreal disse que não tomou conhecimento dessa posição por parte do Brasil. Na audiência com Dornelles, Mulholland também conversou rapidamente

com o presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber.

PROBLEMAS

A decisão do Ministério da Fazenda, de endossar as negociações da dívida externa acertadas preliminarmente com os banqueiros pelo governo anterior, vem preocupando importantes técnicos do atual governo, para os quais o esquema de pagamento acertado representará fortes restrições à expansão da economia brasileira e a possibilidade de realização de um combate eficiente à inflação. Para técnicos do Banco Central, o objetivo real do esquema proposto pelos bancos credores do Brasil, no ano passado, é o de criar condições para que seja rapidamente reduzida a elevada **exposure** dos principais bancos credores, que, não por coincidência, são dos Estados Unidos e encontram-se representados no comitê assessor chefiado por William Rhodes, no Citibank.

Entendem técnicos de alguns setores do governo que o novo acordo com os bancos credores deve ser re-discutido, porque as vantagens com relação aos acordos anteriores são bem menos significativas do que as autoridades econômicas, passadas e atuais, tentam apresentar à Nação. Na realidade, o esquema de pagamento da dívida brasileira, pelo acordo preliminar deixado por Delfim, Galvêas e Pastore, não passa da formalização de um fato já aceito: de

que precisam aceitar um refinanciamento plurianual das parcelas do principal.

As desvantagens, porém, começam justamente aí, porque o novo esquema de pagamento prevê um sistema de amortização gradual que envolve o pagamento crescente das parcelas do principal. Isso, na opinião de técnicos do BC, representa um retrocesso em relação às expectativas geradas pela Nova República, porque prevalece uma premissa perigosa: de que o Brasil, principal devedor do mundo, terá recursos não apenas para pagar toda a conta de juros, estimada em US\$ 11 bilhões, mas também de arcar com pagamento crescente do principal nos próximos anos.

O esquema preliminar, que o ministro Francisco Dornelles colocará na mesa de discussões esta semana com banqueiros em Nova York, também prevê a ausência de dinheiro novo dos bancos credores nos próximos anos, e isso, conforme os técnicos, pode afetar até a negociação com o Clube de Paris. Explicam esses técnicos que o Brasil pode também ser conduzido a reescalonar apenas o principal quando, até o esquema anterior, a negociação abrangia inclusive os juros. Tudo isso contribui para aumentar o volume de pagamentos a ser realizado pelo Brasil nos próximos anos, comprometendo o desenvolvimento interno.